

A síntese dos desafios e recomendações foi elaborada a partir das aulas da Trilha de Aprendizagem em diálogo com o material “Cua’gu e Inovação” (2024). Ressalta-se também a importância do Livro Violeta - “Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido: contribuições para uma Estratégia de CT&I”² fruto do processo de construção da 5ª Conferência Nacional de CT&I, realizada em 2024, para a formulação de novas recomendações e para a complementação das recomendações aqui apresentadas. Para recomendações mais específicas no âmbito das três Convenções do Rio (Clima, Biodiversidade e Desertificação) e do debate internacional, sugere-se a leitura do Policy Brief “Reavaliando o papel de CT&I na governança climática e ambiental internacional: tendências da Rio-92 à atualidade” (2025)³.

"TERRITÓRIOS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NÃO SE NEGOCIAM"

DESAFIOS

Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação

- Indefinição de “conhecimentos tradicionais” e questões relacionadas, a exemplo das definições de “criador” e “instituição científica, tecnológica e de inovação”.

Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)

- Ausência de organizações da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão da política científica e tecnológica;
- Fragmentação e hierarquização na arquitetura institucional do SNCTI.

RECOMENDAÇÕES

- Reconhecer os conhecimentos técnicos, populares e tradicionais como formas de conhecimento válidas no âmbito dos instrumentos legais do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Revisar o Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação (Emenda Constitucional 85/2015; Lei nº 13.243/2016; Decreto Federal nº 9.283/2018) em diálogo com a Lei da Biodiversidade (13.123/2015) e com a Lei da Economia Solidária (15.068/2024);
- Reconhecer e valorizar as organizações coletivas (formais e informais), grupos tradicionais e comunidades periféricas como agentes de inovação e desenvolvimento, incentivando e garantindo sua participação na criação e execução de políticas e programas de CT&I;
- Garantir a participação digna e efetiva das Guardiãs e Guardiões da Biodiversidade nos espaços de formulação da política científica e tecnológica, como CCT, FNDCT, Conferências de CT&I, CONFAP, CONSECTI, FINEP, CAPES, CNPQ, SBPC e Academia Brasileira de Ciências;
- Incentivar o debate sobre políticas científicas e tecnológicas em conselhos com Guardiãs e Guardiões da Biodiversidade CNPCT, CGEN, CNPI, CONDRAF e de Unidades de Conservação fortalecendo a participação, o diálogo entre saberes e a atuação dos conselhos consultivos e deliberativos;
- Construir conselhos comunitários nas periferias urbanas, que tenham espaço formal nas discussões de CT&I, para que suas demandas e soluções locais sejam incluídas nas políticas nacionais.

DESAFIOS

Lei da Biodiversidade

- Pouco conhecimento da legislação pelas comunidades;
- Baixa adesão ao SisGen por parte do setor privado, e lacunas nos processos de fiscalização;
- Desafios para elaboração e implementação dos Protocolos Comunitários de Proteção ao Conhecimento Tradicional Associado e processos de Consulta Livre, Prévia e Informada.

Pesquisas Colaborativas

- Baixo protagonismo das guardiãs e guardiões da biodiversidade em pesquisas interdisciplinares, transdisciplinares e interculturais.

RECOMENDAÇÕES

- Implementar formações sobre a legislação em formatos acessíveis;
- Monitorar processos de depósito de patente e registro de tecnologias sociais que envolvam territórios tradicionais e comunidades periféricas, em diálogo com Organização Mundial de Propriedade Intelectual, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, e Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual;
- Fortalecer e criar canais de diálogo entre comunidades, universidades, centros de pesquisa e setor empresarial e produtivo;

- Garantir apoio técnico e financeiro para elaborar e implementar Protocolos Comunitários, reconhecendo-os como documentos válidos produzidos por organizações coletivas, povos e comunidades tradicionais sendo legítimos nos processos de pesquisa e decisão;
- Construir e manter infraestruturas próprias de CT&I em contextos de territórios tradicionais, a exemplo do Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro, e do Centro de Formação das Quebradeiras de Coco Babaçu;
- Conectar infraestruturas existentes de CT&I com demandas dos territórios e comunidades;
- Fomentar programas de pesquisa de longo prazo para o codesenvolvimento de tecnologias sociais e agendas prioritárias (a exemplo dos sistemas alimentares, saúde, agroextrativismo, educação, saneamento).

• CCT: Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; CONFAP: Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa; CONSECTI: Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação; FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos; CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; ABC: Academia Brasileira de Ciências; CNPCT: Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais; CGEN: Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; CNPI: Conselho Nacional de Política Indigenista; CONDRAF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Realização:



World-Transforming
Technologies

Apoio:



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



DESAFIOS

Financiamento Público

- Editais com linguagem técnica e critérios que não consideram saberes tradicionais, dificultando a participação das comunidades;
- Lentidão e dificuldade de acesso a informações e divulgação dos editais: comunidades descobrem editais tardiamente, com prazos curtos;
- Burocracia excessiva, com demanda de documentação complexa;
- Assimetria de recursos entre biomas;
- Fortalecimento das organizações sociais e comunitárias.

RECOMENDAÇÕES

- Desenhar e implementar editais específicos para guardiões e guardiãs da biodiversidade, com linguagem acessível e sem burocracia excessiva;
- Fomentar parcerias para a promoção de capacitação e certificação para territórios tradicionais e da agricultura familiar;
- Descentralizar os recursos e fortalecer as regiões: apoiar sistemas estaduais de CT&I com recursos próprios, federais, privados, filantrópicos e internacionais combinados, valorizando a diversidade socioambiental dos seis biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Pampas, Amazônia) e Zona Costeira;
- Fomentar planejamentos de longo prazo: elaborar planos nacionais com metas claras e orçamento definido, a exemplo da nova Estratégia Nacional de CT&I 2030;
- Dar visibilidade para as comunidades periféricas urbanas, para que também tenham acesso a recursos para desenvolver tecnologias sociais e soluções adaptadas às suas realidades. Isso é especialmente importante para mitigar os impactos das mudanças climáticas nessas áreas;
- Investir em formação continuada e fortalecimento institucional das organizações de base comunitárias, dos grupos e comunidades tradicionais e comunidades periféricas, proporcionando acesso a recursos técnicos, financeiros e humanos que possibilitem o desenvolvimento de projetos sustentáveis e de impacto nos territórios;
- Fomentar estratégias de autofinanciamento e comercialização: venda de produtos locais, artesanato e óleo de babaçu, uso de redes sociais para arrecadação;
- Apoiar organizações para acessarem financiamento internacionais: Recursos diretos de fundos globais, evitando intermediação estatal;
- Fomentar articulação política e redes de apoio: formação de redes entre quilombos, indígenas e comunidades da Caatinga, por exemplo, para pressionar descentralização de recursos.

DESAFIOS

Participação na COP30: zona verde e zona azul

- Barreiras organizativas e burocráticas priorizam delegações estatais em detrimento das organizações representativas de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;
- Custos elevados de deslocamento e estadia impedem a presença de maiores números de representantes;
- Limitações de acesso linguístico e formativo dificultam a participação digna e efetiva nos espaços de negociação.

RECOMENDAÇÕES

- Ampliar participação popular, com oferta de letramento em idiomas estrangeiros;
- Incentivar e valorizar representações de todos os biomas, a exemplo da Caatinga e suas experiências de resiliência e conhecimentos adaptativos;
- Apresentar e compartilhar soluções construídas a partir da integração entre ciência, tecnologia e saberes tradicionais;
- Fortalecer a relação entre cultura, identidade e ação climática;
- Fortalecer espaços organizados pela sociedade civil, a exemplo da Cúpula dos Povos e da COP das Baixadas;
- Estimular produções artísticas e audiovisuais como instrumento de visibilidade e incidência política.

Acesse nossas redes sociais:

Site: <https://www.institutomancala.com>
Instagram: @institutomancala

Site: <https://wttventures.net>
Instagram: @wttventures

Realização:



World-Transforming Technologies

Apoio:



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

